



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00004/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241122CD00004
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

1.0.PREÂMBULO

1.1.A PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ, ESTADO DA PARAÍBA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.810.350/0001-25, Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, TORNA PÚBLICO que fará realizar, por meio da Secretaria Municipal de Administração, CREDENCIAMENTO a ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 21.981, de 19 de Outubro de 1932; Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024; Decreto Municipal nº 421, de 20 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; objetivando a contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Ingá.

1.2.O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download na Página Oficial do Município: www.inga.pb.gov.br; no sitio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB: www.tce.pb.gov.br; e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: www.gov.br/pncp.

1.3.O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser encaminhadas, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacaot@inga.pb.gov.br: **a partir das 10:00 horas, do dia 12 de dezembro de 2024.**

1.4.O credenciamento poderá ser solicitado, a qualquer tempo a partir da data definida no item 1.3 acima, desde que cumpridos todos os requisitos e realizado durante a vigência do presente chamamento público, que será até as 10:00 horas, do dia 12 de dezembro de 2025, permanecendo nesse período, portanto, aberto a novos interessados.

1.5.Do presente credenciamento será gerado um Banco de Prestadores de Serviços, permanente atualizado com novos interessados nos termos deste Edital e que serão eventualmente contratados, de acordo com a necessidade da demanda existente na Administração Municipal, observada a ordem classificatória, de forma direta, por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, IV, da Lei 14.133/21.

2.0.DO OBJETO

2.1.O objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO para **contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Ingá**, nos termos e condições descritos e especificados no Termo de Referência - Especificações - Anexo I.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor - R\$ (a)
01	LEILOEIRO OFICIAL - Prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis, de propriedade da Prefeitura Municipal de Ingá - PB, compreendendo todos os atos necessários à organização do processo, inclusive: disposição dos lotes, elaboração do instrumento convocatório, divulgação, visitação, realização do certame, prestação de contas, e entrega dos bens. Por meio de licitação modalidade Leilão, nos termos da legislação vigente. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão. A remuneração do Contratado se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. Sem custos para o Contratante. O valor da referida comissão será depositado em conta indicada diretamente pelo Contratado, de sua titularidade, no Edital do Leilão. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão.	Serviço	1	0,01

(a) **VALOR:** A remuneração do leiloeiro se dará por **comissão paga pelo próprio arrematante** que participar do leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. **Sem custos para a Prefeitura Municipal de Ingá - PB.**

2.2.O valor da referida comissão será depositado em conta indicada diretamente pelo leiloeiro, de sua titularidade, no Edital do Leilão. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica da Prefeitura Municipal de Ingá, informada no Edital do Leilão.

3.0.DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1.O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 21.981, de 19 de Outubro de 1932; Decreto Federal nº 11.878, de 09 de Janeiro de 2024; Decreto Municipal nº 421, de 20 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

3.2.O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

4.0.DO PRAZO

4.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura Municipal de Ingá, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 03 (três) dias;

Conclusão: 45 (quarenta e cinco) dias.

4.2.O serviço será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I.

4.3.O prazo de vigência do correspondente contrato que eventualmente venha a ser assinado, será determinado: 06 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.0.DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.A futura contratação não irá gerar ônus para a Prefeitura Municipal de Ingá. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta do arrematante. No entanto, na hipótese de eventuais despesas, essas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos

06.00 - Secretaria Municipal de Administração

04.122.1002.2015 - Operacionalização dos serviços administrativos da Sec. de Administração

3.3.90.39.01 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

6.0.DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

6.1.Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação.

6.2.Não poderão participar da licitação ou da execução do contrato, direta ou indiretamente: todos os licitantes que se encontrem nas condições previstas no Art. 14, da Lei nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme Art. 15, da Lei nº 14.133/2021. Não será permitida, ainda, a participação de sociedades cooperativas.

6.3.A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.4.O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 LGPD.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Os proponentes interessados deverão encaminhar o TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, **exclusivamente** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacaot@inga.pb.gov.br, a partir das 10:00 horas, do dia 12 de dezembro de 2024.

7.2.O credenciamento poderá ser solicitado, a qualquer tempo a partir da data definida no item 7.1 acima, desde que cumpridos todos os requisitos e realizado durante a vigência do presente chamamento público, que será até as 10:00 horas, do dia 12 de dezembro de 2025, permanecendo nesse período, portanto, aberto a novos interessados.

8.0.DA HABILITAÇÃO

8.1.O proponente interessada deverá apresentar a seguinte documentação de **HABILITAÇÃO**:

8.1.1.HABILITAÇÃO quando da participação como **PESSOA JURIDICA**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei;
- f) Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data de encaminhamento do Termo de Adesão ao Credenciamento;
- i) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data de encaminhamento do Termo de Adesão ao Credenciamento, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br;
- j) Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial, relativamente a funcionário pertencente aos quadros societário ou de pessoal da empresa, ou declaração atestando a regularidade de Leiloeiro Oficial, junto a Junta Comercial do Estado da Paraíba.

8.1.2.HABILITAÇÃO quando da participação como **PESSOA FÍSICA**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.
- b) Cédula de identidade - RG ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

- f) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data de encaminhamento do Termo de Adesão ao Credenciamento.
- g) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos e a Certidão Negativa de Inabilitados, expedidas pelo Tribunal de Contas da União, no máximo a 30 (trinta) dias da data de encaminhamento do Termo de Adesão ao Credenciamento, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.
- h) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, no máximo a 30 (trinta) dias da data de encaminhamento do Termo de Adesão ao Credenciamento, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br.
- i) Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial ou declaração atestando a regularidade de Leiloeiro Oficial, junto a Junta Comercial do Estado da Paraíba.

8.1.3. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) O interessado deverá apresentar, tanto para o caso de **pessoa jurídica** ou **pessoa física**, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA para comprovação de que o proponente presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao objeto do credenciamento, ou seja, ter realizado Leilão de Bens Móveis e/ou Imóveis para a Administração Pública. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, em papel timbrado da Administração Pública tomadora do serviço, contendo identificação do declarante, e-mail e telefone, para eventual diligência.

8.1.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

a) O proponente deverá apresentar, tanto para o caso de **pessoa jurídica** ou **pessoa física**, DECLARAÇÕES de cumprimento de requisitos normativos, conforme modelo - Anexo III:

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

3.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

4.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Ingá, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

5.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

b) **Apenas o proponente enquadrada** como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei 123/06, deverá apresentar a DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública, conforme modelo - Anexo IV.

8.2. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO:

a) O proponente deverá apresentar, tanto para o caso de **pessoa jurídica** ou **pessoa física**, TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO, conforme modelo - Anexo II.

9.0. DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

9.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar o TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, **exclusivamente** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: licitacaot@inga.pb.gov.br, a partir das 10:00 horas, do dia 12 de dezembro de 2024.

9.2.A análise de eventuais Termo de Adesão ao Credenciamento e Documentação de Habilitação, será realizada pela Comissão Permanente de Contratação, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do envio dos referidos documentos para o endereço: licitacaot@inga.pb.gov.br;

9.3.A divulgação da lista de credenciados, devidamente atualizada, ocorrerá até o décimo dia útil do mês subsequente ao da respectiva análise realizada;

9.4.A Comissão Permanente de Contratação poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

9.5.Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

10.0.DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1.0 interessado que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele for aplicável, será considerado habilitado no credenciamento. Serão credenciados todos os interessados que satisfizerem as referidas exigências.

10.2.Para a execução dos serviços será elaborada uma lista classificatória que deverá ser seguida quando da necessidade de contratação.

10.3.A referida lista será elaborada através de sorteio público entre todos os credenciados que preencheram as exigências do Edital, que serão devidamente convocados mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

10.4.À medida que forem deferidas novas adesões, os credenciados serão inseridos ao final da lista classificatória, obedecida a ordem de deferimento.; ou quando da ocorrência de mais de um interessado, através de sorteio público, nos termos do item 10.3 acima.

10.5.Da lista classificatória será gerado um Banco de Prestadores de Serviços, permanente atualizado com novos interessados nos termos deste Edital, que serão contratados de acordo com a necessidade da demanda existente no Município de Ingá.

11.0.DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1.O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido neste Edital, será divulgada e mantida atualizada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

11.2.O credenciamento para prestação dos serviços objeto do presente Edital, não gera vínculo empregatício entre a o Credenciado e o Município de Ingá - PB, sendo de exclusiva responsabilidade do credenciado contratado as despesas com seguros de natureza trabalhista vigentes, transporte, alimentação e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes à prestação dos serviços.

12.0.DO CONTRATO

12.1.As contratações para a prestação dos serviços, objeto deste instrumento convocatório, dar-se-ão de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 74, IV, da Lei 14.133/21.

12.2.Após divulgação da lista de credenciados, a Prefeitura Municipal de Ingá - PB poderá convocar o credenciado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, o qual poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.O contrato será formalizado nos termos da respectiva minuta constante deste Edital - Anexo V.

12.4.A publicação do contrato que eventualmente venha a ser assinado será realizada, na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

13.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

13.2.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

13.3.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

14.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

14.2.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

14.3.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

14.4.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

14.5.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

14.6.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

15.0.DO DESCREDENCIAMENTO

15.1.A Prefeitura Municipal de Ingá poderá realizar o credenciamento quando houver:

a) Pedido formalizado pelo credenciado;

b) Perda das condições de habilitação do credenciado;

c) Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

d) Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

15.2.O pedido de credenciamento de que trata a alínea a) acima, não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

15.3.Nas hipóteses previstas nos incisos b) e c) acima, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

15.4.Se houver a efetiva prestação de serviços, os eventuais pagamentos devidos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o Contratado não regularize a sua situação.

15.5.Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do Contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

16.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

16.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

17.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

17.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

18.0.DA IMPUGNAÇÃO E DA INTENÇÃO DE RECORRER

18.1.Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

18.2.A Comissão Permanente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

18.3.Em caso de acolhimento da impugnação, o Edital retificado será publicado nos mesmos meios que foi divulgado o instrumento convocatório anterior.

18.4.A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da Comissão Permanente de Contratação será motivada nos autos.

18.5.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Diário Oficial do estado da Paraíba no prazo de três dias úteis.

18.6.Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em Edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

18.7.O interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

18.8.O recurso será dirigido à Comissão Permanente de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

18.9.A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

19. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

19.1.O Edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.

19.2.Na hipótese de anulação do Edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos Art. 147 ao Art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3.A revogação do Edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

20.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

20.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

20.3.Serão designados pela Prefeitura Municipal de Ingá representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

21.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.2.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

21.3.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra nos endereços eletrônicos: www.inga.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pela Prefeitura Municipal de Ingá, no endereço: Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.4.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Ingá, Estado da Paraíba.

21.5.Todas as referências de tempo no Edital, seus anexos e no aviso observarão o horário de Brasília - DF.

21.6.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.7.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Ingá, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.8.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Ingá não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.0.DOS ANEXOS

22.1.São anexos deste Edital:

- a) Termo de Referência - Especificações - ANEXO I ;
- b) Termo de Adesão ao Credenciamento - ANEXO II ;
- c) Modelos de Declarações - cumprimento de requisitos normativos - ANEXO III ;
- d) Modelo de Declaração - observância do limite de contratação com a Administração Pública. - ANEXO IV; e
- e) Minuta do Contrato - ANEXO V.

23.0.DO FORO

23.1.O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Ingá - PB, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ingá - PB, 27 de novembro de 2024.

ROBÉRIO LOPES BURITY
Prefeito Constitucional do Município de Ingá

ADONAI PAULO DIAS DA SILVA
Secretário de Administração



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: Credenciamento para contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Ingá.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - Credenciamento para contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Ingá -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	LEILOEIRO OFICIAL - Prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis, de propriedade da Prefeitura Municipal de Ingá - PB, compreendendo todos os atos necessários à organização do processo, inclusive: disposição dos lotes, elaboração do instrumento convocatório, divulgação, visitação, realização do certame, prestação de contas, e entrega dos bens. Por meio de licitação modalidade Leilão, nos termos da legislação vigente. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão. A remuneração do Contratado se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decerto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. Sem custos para o Contratante. O valor da referida comissão será depositado em conta indicada diretamente pelo Contratado, de sua titularidade, no Edital do Leilão. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão.	Serviço	1	0,01	0,01
				Total:	0,01

2.3.A remuneração do leiloeiro se dará por **comissão paga pelo próprio arrematante** que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decerto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. **Sem custos para a Prefeitura Municipal de Ingá - PB.**

2.4.O valor da referida comissão será depositado em conta indicada diretamente pelo leiloeiro, de sua titularidade, no Edital do Leilão.

2.5.O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica da Prefeitura Municipal de Ingá, informada no Edital do Leilão.

3.0.DO PROCEDIMENTO

3.1.RELATIVAMENTE AO LEILÃO:

3.1.1.Os lotes dos bens que irão à leilão deverão ser arrematados nas formas presencial, online/virtual ou presencial e online/virtual **simultaneamente**.

3.1.2.Todo o conteúdo de instruções para cadastro de participação, oferta de lances e orientações técnicas deverão ser através da plataforma eletrônica disponibilizada pelo leiloeiro e também de forma presencial.

3.1.3.A participação no leilão realizado na forma eletrônica, em quaisquer de suas fases, implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes ao certame, ainda que representado por intermédio de procurador.

3.1.4.Os interessados efetuarão sucessivos lances eletrônicos ou presenciais, a partir do valor mínimo definido para cada lote, considerando-se arrematante o licitante que fizer o maior lance.

3.1.5.Os intervalos dos lances serão fixos e definidos por lote.

3.1.6.Uma vez realizado o lance, não se admitirá a sua desistência.

3.1.7.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.

3.1.8.Encerrada a etapa de lances, o leiloeiro e/ou plataforma por este utilizada, informará o vencedor que, após a devida adjudicação, será notificado por meio da plataforma ou do e-mail cadastrado para fins de providências de pagamento.

3.1.9.Declarado o vencedor, o leiloeiro estabelecerá o prazo definido no Edital do Leilão para que os licitantes manifestem pela intenção de apresentação de recursos.

3.1.10.Ao dar o lance, todo participante reconhece a íntegra do Edital do Leilão, bem como o valor ofertado e as despesas ou multas que venham a incidir sobre o bem, como líquido, certo e exigível, desde já, dando-se ciência e ordem para protesto e acionamento judicial posterior.

3.1.11.Os lances serão intransferíveis.

3.1.12.O licitante que descumprir com as suas obrigações e pagamentos poderá ser declarado inidôneo impossibilitando sua participação em outros leilões.

3.1.13.É proibido ao arrematante, ceder, permutar, vender ou negociar, sob qualquer forma, o bem arrematado antes da transferência do mesmo, no prazo legal e estabelecido no Edital do Leilão.

3.1.14.Não será aceita a desistência do arrematante comprador quanto aos lances ofertados.

3.2.PAGAMENTO PELO ARREMATANTE:

3.2.1.À vista, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a partir da homologação do certame;

3.2.2.Depois de efetuado o pagamento o arrematante deverá entregar o comprovante bancário para o responsável a qual dará a ordem para transferência dos bens.

3.2.3.Não será aceita desistência total ou parcial do lote.

3.2.4.O arrematante ficará responsável pelo pagamento dos lotes por ele arrematados.

3.2.5.Os bens só serão liberados pela Administração após a confirmação dos pagamentos.

3.2.6.O arrematante que não efetuar o pagamento no prazo estabelecidos perderá o direito à compra.

3.2.7.Não serão aceitos sinais de garantia da operação ou propostas de pagamento parcelado.

3.2.8.Os pagamentos serão efetuados em conta bancária específica da Prefeitura Municipal de Inga.

3.2.9.A confirmação de pagamento dar-se-á pela Administração, restando ao arrematante aguardar a disponibilização do termo de arrematação e autorização de transferência, a ser encaminhado pelo e-mail cadastrado na plataforma, para a devida conclusão do processo.

3.3.TRANSFERÊNCIA DOS BENS:

3.3.1.Após a homologação do Leilão pela autoridade competente da Administração, os arrematantes serão convocados através do e-mail cadastrado na plataforma para a transferência dos lotes arrematados, ocasião em que lhe será fornecido o respectivo termo de arrematação e autorização de transferência.

3.3.2.Os bens arrematados serão entregues ao arrematante ou ao seu procurador legalmente constituído, mediante a apresentação, no ato da transferência, dos seguintes documentos:

a) Termo de arrematação e autorização de transferência emitido pela Administração;

b) Documento de identificação com foto;

c) Se terceiro, procuração devidamente registrado em cartório; e

d) Comprovante de pagamento do bem arrematado.

3.3.3.Não será autorizada a subdelegação pelo terceiro para a transferência do lote.

3.3.4.O arrematante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a convocação, para retirar os bens arrematados, podendo ser retirado na mesma data do certame, desde que estejam devidamente corretas a parte documental e a quitação de possíveis débitos do arremate.

3.3.5.A não transferência sujeitará o arrematante ao pagamento de multa, equivalente a 1% (um por cento) do valor do lote arrematado e não transferido, por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias corridos.

3.3.6.Decorridos os 15 (quinze) dias corridos, a não transferência ou não retirada do lote implicará declaração de "abandono" pelo arrematante, independente de notificação judicial ou extrajudicial, perdendo o direito aos bens arrematados, restando à Administração a devida reincorporação ou destinação dos bens, nos termos da legislação vigente.

3.3.7.A declaração de "abandono" acarretará perda do valor já pago pelo arrematante.

3.3.8.Após a transferência do lote, não serão aceitas quaisquer reclamações ou questionamentos quanto às condições e o estado de conservação dos bens.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;
- 4.2. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;
- 4.3. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 5.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- 5.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- 5.3. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- 5.4. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;
- 5.5. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 5.6. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

6.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

- 6.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura Municipal de Ingá, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: 03 (três) dias; Conclusão: 45 (quarenta e cinco) dias.

- 6.2. O prazo de vigência do correspondente contrato que eventualmente venha a ser assinado, será determinado: 06 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

7.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

- 7.1. Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.
- 7.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- 7.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

8.0.DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte

maneira: A remuneração do Contratado se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado - Art. 24, do Decreto Federal 21.981/1932; sem custos para o Contratante e será depositada em conta indicada pelo Contratado, de sua titularidade, no Edital do Leilão.

9.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

10.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

10.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

11.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

11.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

12.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

12.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ - PB.

PROPONENTE
CNPJ/CPF

TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

O PROPONENTE ACIMA QUALIFICADO apresenta requerimento de participação, na forma do presente Termo de Adesão ao Credenciamento nº 00004/2024, que objetiva a contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Ingá; e declara, sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com todas as cláusulas e condições do Credenciamento, contidas no respectivo Edital e seus anexos, especialmente que a remuneração do leiloeiro se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. Sem custos para a Prefeitura Municipal de Ingá - PB:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor - R\$
01	CREDENCIAMENTO de leiloeiro oficial para a prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis, de propriedade da Prefeitura Municipal de Ingá - PB, compreendendo todos os atos necessários à organização do processo, inclusive: disposição dos lotes, elaboração do instrumento convocatório, divulgação, visitação, realização do certame, prestação de contas, e entrega dos bens. Por meio de licitação modalidade Leilão, nos termos da legislação vigente.	Serviço	1	0,01

DECLARA, em decorrência da apresentação deste requerimento de participação, sob as penas da Lei:

QUE possui condições de realizar Leilão on-line, com utilização de plataforma virtual que possibilite:

- A descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, bem como do lote que não recebeu lance;
- O Leilão on-line, com transmissão ao vivo de áudio e vídeo do leiloeiro no momento do leilão;
- A realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet;
- A apresentação de lance de valor superior ao do último ofertado, observado o incremento mínimo fixado;
- Que a cada lance, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado; e
- A realização de Leilão pela internet, com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados.

QUE todas as despesas inerentes à execução do Leilão correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do certame, por decisão judicial ou administrativa.

QUE está ciente de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao leiloeiro;

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente, quando for o caso.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - CREDENCIAMENTO N° 00004/2024

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CREDENCIAMENTO N° 00004/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ - PB.

PROPONENTE
CNPJ/CPF

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

3.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

4.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Ingá, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

5.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente, quando for o caso.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - observância do limite de contratação com a Administração Pública

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO V - CREDENCIAMENTO Nº 00004/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

MINUTA DO CONTRATO

**INEXIGIBILIDADE Nº IN .../ ...
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...**

CONTRATO Nº:-...-...

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ E, PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO
NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Ingá - Praça Vila do Imperador, 160 - Centro - Ingá - PB, CNPJ nº 08.810.350/0001-25, neste ato representada pelo Prefeito Robério Lopes Burity, Brasileiro, Casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Iracy Silva Correia, 232 - Centro - Ingá - PB, CPF nº 379.711.824-49, Carteira de Identidade nº 879.020-2 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ/CPF nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº IN .../ ..., processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 21.981, de 19 de Outubro de 1932; Decreto Municipal nº 421, de 20 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: Contratação de leiloeiro público oficial com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar a alienação de bens móveis da Prefeitura Municipal de Ingá.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Inexigibilidade de Licitação nº IN .../ ... e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 0,01 (UM CENTAVO).

A remuneração do Contratado se dará por **comissão paga pelo próprio arrematante** que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. **Sem custos para o Contratante.** O valor da referida comissão será depositado em conta indicada diretamente pelo Contratado, de sua titularidade, no Edital do Leilão. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	LEILOEIRO OFICIAL - Prestação de serviços para alienação de bens móveis inservíveis, de propriedade da Prefeitura Municipal de Ingá - PB, compreendendo todos os atos necessários à organização do processo, inclusive: disposição dos lotes, elaboração do instrumento convocatório, divulgação, visitação, realização do certame, prestação de	Serviço	1	0,01	0,01

contas, e entrega dos bens. Por meio de licitação modalidade Leilão, nos termos da legislação vigente. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão. A remuneração do Contratado se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932. Sem custos para o Contratante. O valor da referida comissão será depositado em conta indicada diretamente pelo Contratado, de sua titularidade, no Edital do Leilão. O valor da arrematação do bem será depositado em conta específica do Contratante, informada no Edital do Leilão.				
Total:				0,01

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

A remuneração do Contratado se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do Leilão, nos termos do parágrafo único, do Art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932, **sem custos para o Contratante**. No entanto, na hipótese de eventuais despesas, essas correrão por conta da seguinte dotação: 06.00 - Secretaria Municipal de Administração. 04.122.1002.2015 - Operacionalização dos serviços administrativos da Sec. de Administração. 3.3.90.39.01 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: A remuneração do Contratado se dará por comissão paga pelo próprio arrematante que participar do Leilão, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado - Art. 24, do Decreto Federal 21.981/1932; sem custos para o Contratante e será depositada em conta indicada pelo Contratado, de sua titularidade, no Edital do Leilão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 45 (quarenta e cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: 6 (seis) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;
- f - Terá a responsabilidade de dar publicidade do Leilão em diário e em sítio eletrônico oficiais.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;
- j - Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação;
- k - Terá a responsabilidade de elaborar o Aviso de Leilão, distribuir o Catálogo Oficial, realizar medidas para divulgar a realização do Leilão, disponibilizar informações sobre o certame na internet, possibilitando a visualização e características dos respectivos lotes, enfim, fazer o que for necessário para a divulgação do evento;
- l - Divulgar a realização do leilão agendado, excetuando-se as publicações de ordem legal que serão realizadas e custeadas pelo Contratante;
- m - Disponibilizar de plataforma virtual que permita a realização de leilões pela rede mundial de computadores. Sendo que a utilização de plataforma virtual deverá ser gratuita, ficando impedida a cobrança de qualquer valor a título de inscrição e/ou utilização;
- n - Disponibilizar representante para acompanhar os servidores designados pelo Contratante no período de visitação dos interessados nos bens contemplados no certame;
- o - Conferir as informações e documentos recebidos, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei ;
- p - Disponibilizar catálogos pertinentes ao leilão os quais deverão estar disponíveis no site do leiloeiro oficial, observados os prazos legais, bem como fornecidos ao Contratante para a devida publicidade nos meios oficiais, mediante a prévia aprovação desse quanto à formatação. A ausência de divulgação da descrição correta e restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do Contratado;

q - Confeccionar ou disponibilizar eletronicamente os Catálogos do Leilão; se impressos, em papel Couche ou com qualidade superior. Os catálogos, tanto os impressos quanto os eletrônicos, deverão conter informações, sob exclusiva responsabilidade do Contratado, sendo no mínimo: descrição correta dos bens, débitos, ônus, gravames e quaisquer restrições incidentes; órgão ou entidade promotora do Leilão; data do Leilão, com horário de início e previsão de término; local do leilão; local de visitação dos bens, com data, horário de início e término das visitas; endereço eletrônico próprio para visualização dos bens e para realização do certame; listagem dos bens móveis do Leilão, constando o nº do lote, descrição do bem, ano/modelo, placa, tipo de combustível, RENAVAM, débitos do DETRAN ou outros, restrições, ônus, gravames e valor do lance inicial; endereço do escritório, telefones e e-mails de contato do leiloeiro, para dúvidas e atendimentos aos arrematantes e ao Contratante; informações e condições gerais sobre o Leilão, na forma de resumo do Edital de Leilão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos

moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ingá - PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Ingá - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....